



GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIARIO		TARDE	
A TRIBUNA	29 FEV. 1980		
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

CONTRA O BOICOTE DA OPOSIÇÃO

AD vai propor a alteração do Regimento parlamentar

A Aliança Democrática vai propor em breve uma alteração ao Regimento da Assembleia da República, de forma a impedir a obstrução, por parte dos partidos da Oposição, dos trabalhos parlamentares.

No decorrer de uma conferência, ontem efectuada de manhã, os porta-vozes das forças que integram a AD, Amândio de Azevedo, do PSD, Pedro Vasconcelos, do CDS, Luís Coimbra, do PPM, e Sousa Tavares, dos Reformadores, deram conta de que a Oposição, em particular os comunistas, procurou impedir a decorrência normal do plenário parlamentar da última terça-feira, que teve de prolongar-se pela madrugada, numa das sessões mais longas, em S. Bento, desde os tempos da Assembleia Constituinte.

Amândio de Azevedo referiu que nessa sessão o PCP «multiplicou as suas inscrições e intervenções aquando da discussão da revogação do decreto sobre as rendas de casa», manifestando a sua intenção, de acordo com o ponto de vista do deputado social-democrata, «de impedir a discussão e votação de um ponto considerado fundamental para a AD», ou seja, a revogação da Lei relacionada com a alienação de bens das empresas nacionalizadas.

Nesse particular,

Amândio de Azevedo criticou os deputados do PS, cuja actuação «veio a identificar-se com a desunião na boicote à apreciação desse importante ponto da ordem dos trabalhos».

Perante este modo de actuar, que dividiu igualmente na reunião dos grupos parlamentares («usando processos regimentais nunca antes utilizados»), a Oposição pretenderá, de acordo com o pensamento do deputado social-democrata, «impedir que o Governo da AD actue de modo a causar boa impressão ao eleitorado e a repetir a vitória nas últimas eleições».

«Avanço do PC suicídio do PS»

O engenheiro Luís Coimbra, do PPM, ao res-

ponder a uma pergunta dos jornalistas, a propósito de uma eventual concertação PC-PS, disse que, «a elas existiria é traiuzaria e avanço do Partido Comunista e no suicídio do PS».

A necessidade de disciplinar a vida parlamentar foi uma das tópicas defendidas pelos respectivos porta-vozes, tendo afirmado a propósito o dr. Sousa Tavares que se tornará imprescindível que «o Parlamento não seja uma gaiola de aves canoras», além de que as atitudes do PS e do PCP, ao abandonarem o hemicílio, constituem, no seu ponto de vista, «um ataque às instituições da democracia parlamentar».

Francisco Sousa Tavares aludi também ao que se

passou em termos de produção legislativa dos anteriores Governos e à actuação, que classificou de diferente, do presidente da República. Sousa Tavares fez notar que Maria de Lurdes Pintasilgo pôde escolher quais os decretos do

Governo Mota Pinto que deviam ou não ser promulgados, enquanto Francisco Sá Carneiro recebeu «uma pesada herança de cerca de 300 diplomas sem possibilidades de escolha».

A alteração do Regimento por parte da AD foi focada pelo centrísta Pedro Vasconcelos, que considerou a actuação da Oposição como «uma tentativa de desviar as atenções dos trabalhos da AR para a ratificação e revogação de leis».